



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
Avenida Salgado Filho, s/n, Centro Administrativo do Estado - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901
Telefone: (84) 3232-1089 e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.defesasocial.gov.br>

DECLARAÇÃO

Processo nº 00510042.003345/2019-23

Interessado: INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES

O SECRETÁRIO ADJUNTO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL, no uso das atribuições legais e considerando o que consta do Processo SEI nº 00510056.000086/2018-49 e,

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 7.102, de 20 de junho de 1983, estabelece em seu art. 14, inciso II, que é condição essencial “para que as empresas especializadas operem nos Estados” a “comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado”;

CONSIDERANDO que o Decreto Federal nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, que regulamenta a Lei Federal nº 7.102, de 20 de junho de 1983, além de repetir a exigência definida no art. 14, acima mencionado, estabelece no seu art. 38, que da comunicação deverá constar uma série de documentos ali relacionados, os quais foram todos acostados aos autos pela empresa interessada;

CONSIDERANDO o entendimento sedimentado pela Assessoria Técnica desta Secretaria e referendado pela autoridade superior, no sentido de que a referência legal à “Secretaria de Segurança Pública” se dá em sentido *lato sensu*, isto podendo significar qualquer unidade operacional vinculada ao Sistema Estadual de Segurança Pública;

CONSIDERANDO que, no âmbito estadual, o Decreto nº 13.268, de 10 de março de 1997, estabelecia em seu art. 2º, inciso IV, que era competência da Delegacia Especializada de Armas, Munições e Explosivos (DAME), unidade operacional integrante da estrutura organizacional da Polícia Civil, “*autorizar o funcionamento e estabelecer normas para as firmas ou empresas de investigações, ou vigilância de estabelecimentos de quaisquer natureza, especialmente no que concerne ao esquema de armas, munições e explosivos, respeitada a legislação federal*”;

CONSIDERANDO que até então a Delegacia Especializada de Armas, Munições e Explosivos (DAME), vinha exercendo essa atribuição em toda a sua plenitude, expedindo “certidão” atestando a formalização do comunicado pela empresa e que, excepcionalmente e em condições extremas para evitar o perecimento de direitos, era tal fato “declarado” pelo Titular da SESED;

CONSIDERANDO que o Decreto Estadual nº 26.055, de 05 de maio de 2016, veio a extinguir a Delegacia Especializada de Armas, Munições e Explosivos (DAME), e que dispõe o seu § 1º, do art. 1º, que *“as atribuições administrativas referentes a armas, munições e explosivos ficam transferidas para o Setor de Patrimônio, da Diretoria Administrativa da Polícia Civil”*;

CONSIDERANDO de um lado, a excepcionalidade do contexto decorrente da edição do Decreto Estadual nº 26.055, de 05 de maio de 2016 e, por outro, o fato de que a transferências de todas as competências da extinta DAME extrapola o espectro de que trata o § 1º, do art. 1º, da norma acima, tornando necessária a edição de ato regulamentar;

CONSIDERANDO, por fim que a empresa interessada não pode ser penalizada pelas dificuldades momentâneas e esporádicas da Administração,

DECLARA de forma excepcional e para evitar o perecimento de direitos, que a empresa INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES, CNPJ Matriz Nº 04.008.185/0001-31, com sede na Rua Desembargador Sinval Moreira Dias, 1712, Nova Descoberta, Natal/RN, Cep: 59.075-340 está AUTORIZADA pelo Departamento de Polícia Federal (conforme cópia do Diário Oficial da União em anexo) a funcionar, cumprindo com todas as exigências do Art. 38 do Decreto 89.056 de 24 de novembro de 1983 e que compete ao Ministério da Justiça – através do DPF – a expedição, renovação, fiscalização e certificação para funcionamento efetivo e controle de armamento das empresas de segurança do País.

Natal/RN, 12 de agosto de 2019.

OSMIR DE OLIVEIRA MONTE

Secretário Adjunto da Segurança Pública e da Defesa Social



Documento assinado eletronicamente por **OSMIR DE OLIVEIRA MONTE**, Secretário de Estado Adjunto da Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social, em 12/08/2019, às 12:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3035278** e o código CRC **972A5808**.